
MESA REDONDA

Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX •

Eduardo França Paiva
FINP

O título da mesa-redonda onde este texto foi apresentado, “Alforrias em Minas Gerais”, não serve, apenas, para delimitar um espaço. Ele diferencia uma prática complexa, temporal e multifacetada e sintetiza uma boa porção do viver e do conviver na Minas Gerais escravista dos séculos XVIII e XIX. Nele estão embutidas visões e vivências diferentes. De um lado a busca e a conquista da libertação (visão de quem não é livre) e de outro a “concessão” da libertação (visão do proprietário). Dá-se, então, o confronto entre o enfrentar (resistir) e o vencer a essência do sistema escravista, isto é, as relações de domínio (visão do submetido) e o controlar e o dominar a massa de submetidos, ignorantes, desalmados, infames, desonestos, inconfiáveis, turbulentos, perigosos, inferiores e desprovidos de civilização (visão da elite branca e livre).

Mas em que a prática das alforrias em Minas Gerais diferencia-se? É bom iniciar destacando que a sociedade e a economia de Minas distinguiam-se bastante das outras regiões brasileiras durante os séculos XVIII e XIX. E prossigo na resposta elencando, de maneira genérica, os seguintes pontos:

- 1) Desde as décadas de 30 ou 40 do século XVIII a população forra mineira era bastante significativa, talvez, a maior de toda a Colônia e, é possível, de todo o Novo Mundo escravista.
- 2) Grande parte, talvez a maior parte, das alforrias, durante todo o XVIII e o XIX, foi comprada pelos escravos.
- 3) Essa situação foi favorecida pela grande urbanização e pela dinâmica sócioeconômica experimentadas em Minas; vale lembrar que a escravaria mineira sempre esteve integralmente inserida no mercado, seja como produtora, seja como consumidora.

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Alforrias em Minas Gerais”, apresentada no dia 26 de julho de 1996.

- 4) As mulheres formavam o grupo majoritário entre a população forra.
- 5) As estratégias femininas para alcançar a alforria parecem ter sido muito eficazes e pragmáticas: famílias matrifocais; reprodução natural positiva; preservação de valores culturais africanos e afro-brasileiros; domínio de atividades econômicas, como o pequeno comércio, pelo menos até o final do setecentos; incorporação (real ou teatralizada) de valores dominantes como instrumento de conquista da libertação individual e familiar, de ascensão econômica e de algum *status* social.
- 6) Presença permanente e corriqueira das coartações (alforrias pagas em parcelas, durante dois ou três anos em média, resultados de acordos verbais ou por escrito estabelecidos entre proprietários e propriedades; o coartado, geralmente, permanecia longe do domínio senhorial durante a busca dos recursos para saldar a sua dívida)¹. Aparentemente, as coartações foram mais comuns e numerosas em Minas que em outras partes do Brasil e da América escravista.²

Vejamos alguns dados esclarecedores do quadro mineiro:

1) Minas Gerais: número de escravos negros

1698	não havia escravos negros
1720	31.500
1738	101.607
1786	174.135

Dados retirados de RUSSEL-WOOD (1982)

2) Minas Gerais: população total em 1776

Branco(as)	Pardo(as)	Negro(as)	Total
70.664	82.110	166.995	319.769
78%			

Dados retirados de MAXWELL (1978)

3) Minas Gerais: população negra, liberta e livre

Década de 80 (XVIII)	123.000	70% do conjunto município mineiro
----------------------	---------	-----------------------------------

¹ Uma análise mais pormenorizada sobre as coartações é encontrada em PAIVA (1995^a), PAIVA (1995^b) e PAIVA (1995^c).

² Na América escravista o caso mais conhecido é o de Cuba, onde, no século XIX, as coartações foram muito comuns, embora sob o controle rígido do Estado, como pode ser constatado nos inúmeros códices de registro desses documentos, guardados pelos arquivos cubanos. Um estudo muito importante é realizado por SCOTT (1991).

1ª metade do XIX	a população liberta ultrapassa a população escrava
Dados retirados de KLEIN (1987)	

São números e informações impressionantes! É preciso, então, indagar sobre o que os teria motivado. Vale insistir na complexidade e no dinamismo experimentados pela sociedade mineira durante o século XVIII e boa parte do XIX e que, em grande medida, determinaram esses dados, além de servirem de base para a consolidação da rede urbana em Minas, após o auge da extração fácil do ouro. Pois é nesse quadro que se instalaram muitos pequenos e médios aventureiros e comerciantes, assim como prestadores de serviços, todos com seus modestos plantéis de escravos. A lógica era, assim, diferente da ocorrida no nordeste açucareiro até o século XVII. Nas Minas, onde estava o maior conjunto mancípio brasileiro do período colonial e do Império, existiam muitos proprietários de pequenos plantéis ao invés de poucos proprietários de grandes plantéis, o padrão mais comum até então. No conjunto, esses elementos fomentaram a construção de um novo perfil das relações senhor/escravo nas Minas, desenvolvido, principalmente, mas não apenas, nos núcleos urbanos.

A intimidade cotidiana desenvolvida entre os pequenos senhores e seus escravos abarcava o trabalho e a vivência dentro da casa, o que facilitou o estabelecimento de estreitos laços de dependência mútua e, até mesmo, afetivos. Isso acabou favorecendo a formação de núcleos familiares, matrifocais, na maioria dos casos, uma situação vantajosa para ambas as partes, isto é, a construção de uma rede de solidariedade através da família para os escravos e o crescimento natural do plantel, sem a necessidade de investimentos na compra de novos escravos, isto para os proprietários (este foi, no geral, o padrão adotado também pelos proprietários forros). Por isso, os plantéis mineiros eram formados por grande quantidade de crioulos e mestiços, dentre os quais muitas crianças. É possível, porém, que nos grandes plantéis essa tendência não se apresentasse nas mesmas proporções, isto é, mesmo com o avançar dos anos, no XVIII e em boa parte do XIX, os africanos continuassem predominando nos maiores grupos de cativos. No geral, contudo, não tenho dúvidas em afirmar sobre a vigência de códigos sociais que garantiram uma convivência razoável entre as partes e que funcionava sintonizando as conveniências, e, ainda, que abria espaço para efetivas e variadas possibilidades de acordos relativos às alforrias, tenham sido elas “concedidas gratuitamente”, tenham sido obtidas através de coações. Da utilização desses códigos brotaram, também, em muitas oportunidades, condições materiais de sobrevivência após a libertação.

Estabelecido esse panorama sobre as manumissões em Minas, quero agora expor algumas indagações gerais, sobre as quais venho refletindo e para as quais não ofereço, ainda, muitas respostas. Tenho me perguntado, por exemplo, sobre como é possível ler as realidades históricas em Minas e no Brasil dos séculos XVIII, XIX e XX através do estudo das alforrias. E continuando, em que medida o grande número de alforrias do período escravista influenciou as relações sociais no Brasil pós-abolição? Existiriam ligações entre esse movimento de manumissões e os padrões contemporâneos brasileiros de relações e discriminações sociais? Teriam sido as alforrias em grande quantidade e a formação de uma camada de libertos e descendentes (com ascensão econômica e, às vezes, social) dois importantes pilares da idéia de “paraíso racial” e de “cordialidade” do homem brasileiro? Ao mesmo tempo, teriam servido, por um lado, para o fortalecimento do dissimulado *apartheid* brasileiro e, por outro, para a quase institucionalização do pragmático e eficiente “jeitinho brasileiro”(no sentido mais positivo dessa prática)? Como compreender melhor esse conjunto complexo, onde misturam-se e sobrepõem-se dominação e enfrentamento, realidades e teatralizações delas? Para tentar melhor pensar essas questões recorro ao caso da crioula Bárbara Gomes de Abreu e Lima, natural de Sergipe Del Rei, mãe solteira, moradora em Sabará, em 1751, quando ditou seu testamento.³ Bárbara instituiu 12 testamenteiros que deveriam zelar por seus negócios e cumprir os seus legados.

Tantos testamenteiros e em lugares diferentes indica um círculo amplo e selecionado de relações pessoais cultivado pela testadora, assim como negócios espalhados por várias regiões, fato incomum até mesmo à maior parte dos livres com uma situação financeira razoável. Não é à toa que Bárbara dispunha de tantos objetos feitos com material nobre e despertava em outras mulheres o desejo de tê-la como comadre. Entre as posses declaradas encontravam-se:

“seis cordões pesando cento e uma oitavas, um se acha empenhado na mão de Thereza de Jesus, mulher de Antonio Alves por vinte oitavas e três na mão de Jozé Ferreira Brazam donde se acham dous cordões emendados que fazem um, quarenta oitavas, um cordão com uma águia, um pente, uma estrela, uma argola solta, um coração, tudo em ouro, também empenhado na mão de Jozé Ferreira Brazam, um cordão de ouro, um feitiço de menino Jesus de ouro pesando cinco oitavas, umas argolinhas de ouro pesando quatro oitavas, uma senhora de feitiço de Nossa Senhora da Conceição pesando três oitavas e meia, uns brincos de aljôfar e uns botões de ouro, umas argolinhas de ouro pequenas, uma bola de âmbar, uma bolta (sic) de corais engranzados em ouro, um coral grande com uma figa pendurada, tudo de ouro, quatro colheres de prata pesando oito oitavas cada uma, quatro garfos de prata e uma faca

³ MO (Museu do Ouro/Sabará)/CPO (Cartório do Primeiro Ofício)-TEST (Testamentos) – cód. 2, f.86v. a 91. Testamento de Bárbara Gomes de Abreu e Lima – Sabará 12 JUL 1735.

com cabo de prata, duas memórias de emberessadeiras (sic), dois pares de botões de anáguas abertos no buril, tudo empenhado na mão de Manoel de Magalhaens por sete oitavas, o que meus testamenteiros desempenharão. Item tenho empenhado mais um cordão de ouro com o peso que se achar na mão de Jozé Rodrigues de Souza por vinte oitavas que meus testamenteiros desempenharão. (...) um tacho grande de cobre e outro pequeno, doze pratos de estanho e dois grandes, uns corais, quatro saias, duas de seda preta e uma de rossa (sic) grana (sic) parda e uma de camêlão e a roupa branca que se achar (...) três panos de dois covados, um preto, um azul e um verde, um colchão de lã (...)."

Possuía, ainda, um plantel de sete escravos, composto por dois crioulinhos, três mulheres africanas e duas crioulinhas, dos quais deixava coartado, apenas, um dos crioulinhos.

Bárbara era madrinha de Quitéria “filha de minha comadre Joanna Alves, que foi escrava de Jozé Antunes”, a quem legava 200.000 réis “caso que ela case e não casando lhe não deixo coisa alguma, em tal caso se aplicará esta esmola para uma órfã à eleição de meo testamenteiro”. Legava 100.000 réis a outra afilhada, “Anna, mulatinha, filha de minha comadre Roza escrava de meu senhor Gervazio Ribeiro de Andrade [a quem legava 50.000 réis], morador no Ribeirão do Carmo”, fazendo ressalva idêntica à anterior.

Trata-se, é verdade, de um caso que de forma alguma refletia o padrão de vida da maior parte das forras mineiras. Para alcançar tal posição, a testadora não deve ter medido esforços e, em certa medida, acabou adotando valores culturais dominantes, como é possível depreender-se a partir da condição imposta às afilhadas para que recebessem a herança. Não obstante a incorporação do *modus vivendi* dominante, inclusive dos padrões religiosos católicos, alguns dos bens inventariados no testamento de Bárbara sugerem ter ela adotado práticas sincréticas e místicas. Teria a ex-escrava usado a formalidade testamental para camuflar suas crenças e práticas religiosas mais íntimas, além de usá-lo para consolidar, perante os que permaneceriam no mundo terreno, uma imagem que lhe interessava ser cultivada, pois servia de álibi à sua teatralização cultural e de proteção a outros iniciados?⁴

⁴ Manifestações culturais sincréticas eram muito comuns no dia a dia da população colonial. O sincretismo religioso, mais especificamente, divulgou-se por todas as camadas sociais, mas parece ter tido nos escravos e ex-escravos seus mais importantes representantes. Entre esses últimos, as mulheres desempenharam papel central, talvez como principais guardiãs da herança cultural africana. Em Sabará, uma contemporânea de Bárbara, a africana forra Luzia Pinta, parece ter sido a responsável pela divulgação do calundu, misturando dança, adivinhações e curas, exercendo influência sobre negros, mestiços e brancos. Teriam as duas se conhecido? Sobre Luzia Pinta ver MOTT (1994) e SOUZA (1986, p.267). Sobre o papel das mulheres na preservação e divulgação da

Entre os bens pertencentes a Bárbara destacam-se objetos raramente encontrados em outros testamentos de forras, como o pingente em forma de águia, a bola de âmbar, a estrela, a figa e a quantidade de corais que possuía. Outros, mais comuns, assumiam um significado místico, sobretudo, porque faziam parte de um conjunto bastante intrigante. É o caso dos numerosos cordões de ouro e dos brincos de aljôfar.

A carapaça adotada pela ex-escrava solidificara-se através da fusão de elementos valorizados pelos grupos dominantes, mas parecia proteger, e bem, um caso de resistência cultural. Façamos, então, uma leitura das entrelinhas e dos silêncios! É necessário, portanto, tentar decodificar esse hermético universo de Bárbara. A chave do problema está, provavelmente, no conjunto de bens inventariado pela própria forra, ao qual dedicou muita atenção. Embora seja uma questão bastante instigante, conseguir encontrar os significados reais que cada um desses objetos possuía para Bárbara é uma tarefa quase impossível. Difícil, também, é discriminar as influências de culturas européias, africanas e americanas aí embutidas. Contudo, de uma maneira geral, todos os objetos parecem estar simbolizando a ligação entre o humano e o sobrenatural, o poder, a sexualidade e a condição feminina.

Alguns dos objetos inventariados, entretanto, merecem maior atenção. Para tanto, recorri a um dicionário de símbolos com o intuito de extrair dali pelo menos os significados mais tradicionalmente agregados a eles; é claro que correndo o risco de cometer algum anacronismo, além de impropriedades espaciais. (CHEVALIER et CHEERBRANT, 1993) A águia representava a “encarnação, substituto ou mensageiro da mais alta divindade uraniana e do fogo celeste, o sol, que só ela ousa fixar sem queimar os olhos.” Ela sempre representou os maiores deuses e heróis. Em todos os continentes “xamãs, sacerdotes, adivinhos e, igualmente, reis e chefes guerreiros tomam seus atributos para participar de seus poderes.” (p.16) O âmbar “amarelo chama-se, em grego, *elétron*, nome do qual deriva a palavra eletricidade. Os rosários e os amuletos de âmbar são uma espécie de condensadores de corrente. Ao se autocarregarem, descarregam de seus próprios excessos aqueles que os usam ou que lhes defiam as contas. (...) fio psíquico que liga a energia individual à energia cósmica, a alma individual à alma universal. Ordinariamente, atribui-se aos heróis e aos santos um rosto de âmbar, que significa um reflexo do céu sobre sua pessoa e a força de atração que eles exercem.” (p.29) As estrelas representam a fonte de luz. “Seu caráter celeste as faz também símbolos do espírito e, particularmente, do conflito

entre as forças espirituais, ou de luz, e as forças materiais, ou das trevas.” (p.416) O coral “participa do simbolismo da árvore (eixo do mundo) e do simbolismo das águas profundas (origem do mundo). Sua cor avermelhada o aparenta com o sangue. Sua formas são atormentadas. Todos esses signos fazem dele um símbolo das vísceras. Na Antiguidade, o coral era usado como amuleto, para defender do mau-olhado. Muito usado na sua forma natural pelos ourives barrocos da Europa central, do século XVI ao século XVIII, ele deu origem, associado a figuras de metal precioso [no caso, a figa], a toda espécie de monstros e seres míticos, que fazem dele uma representação material inata do imaginário, do fantástico.”(p.284-285) Os colares (cordões), brincos e pérolas (aljôfar) estavam revestidos de significados ligados ao erotismo, à sexualidade e à feminilidade.

Parece querer explodir desse universo simbólico uma visão de mundo proibida pelas autoridades metropolitanas e desprezada (porque temida) pelos “bons” da Colônia. Explicitar tal visão, praticá-la abertamente, é algo que Bárbara optou por não fazer; isso certamente comprometeria sua ascensão econômica e social (esta, muito raramente ocorria entre os forros). Além disso, é possível que outras pessoas compartilhassem com Bárbara as mesmas crenças e, como ela, necessitassem de muita discrição. Talvez tenha sido para melhor guardar esses bens de grande valor pessoal (ela os manda resgatar) e para se resguardar de eventuais delações é que ela os tinha empenhados nas mãos de dois homens de sua confiança, sendo um deles, simultaneamente, capitão-mor e seu testamenteiro.

Liberta, rica e entranhada em círculos sociais compostos por homens de poder, a ex-escrava havia atingido uma posição invejável, mas parecia assumir, simultaneamente, a responsabilidade de guardiã de porções da herança cultural africana no Brasil colonial. Incorporar o comportamento senhorial era certamente uma forma de legitimá-lo, mas não poderia, também, ser uma forma de proteger e camuflar práticas culturais, representações e visões de mundo avessas e contrárias às adotadas pelas camadas dominantes? O caso de Bárbara seria um exemplo de pura alienação ou de completa submissão aos desígnios senhoriais ou, ao contrário, foi uma estratégia específica de enfrentamento e de resistência à desumanização e à violência intrínsecas ao sistema escravista? Sinceramente, creio que a segunda possibilidade está mais próxima da realidade vivida pela liberta. Embora os dados que disponho não possam, até agora, revelar mais detalhadamente a vida e as práticas espirituais e intelectuais de Bárbara, deve ser salientada a excepcional valorização e consolidação da condição feminina, empreendida por ela e por outras tantas escravas e libertas mineiras, no jogo mantido com o mundo masculino, sobretudo com a parcela senhorial dele, isto é, com os homens livres, brancos e

detentores do poder.⁵ A testadora representava, portanto, um modelo a ser seguido por outras libertas que almejavam ascensão econômica e por escravas que, como foi visto acima, buscavam estreitar o laço de amizade que as unia. Não é pouca coisa para quem nasceu no cativeiro e, depois de alguns anos, já liberta, parece ter exercido grande influência sobre alguns brancos e, talvez, sobre várias negras e mestiças.

Para finalizar essas rápidas reflexões, gostaria de dizer que eu creio haver um lacuna, que ainda não consigo entender em toda a sua dimensão, entre práticas tão criativas e eficazes de enfrentar o sistema de dominação escravista e impor-lhe algumas vitórias (como as alforrias) e as precaríssimas condições de convivência social enfrentadas pela população negra no Brasil de nossos dias. Salvo situações de exceção, parece-me que nossa sociedade, ainda neste final de século, reconhece a liberdade e a cidadania dos negros apenas de maneira parcial. Se não é esta a situação real, como explicar, então, a seguinte estrofe, ensinada por “professoras” inescrupulosas e pouco qualificadas, musicada e representada gestualmente por crianças de jardim de infância, como pude presenciar recentemente? Refiro-me a esta “pérola”: “Plantei uma sementinha no meu quintal. Nasceu uma neguinha de avental. Eu disse dança neguinha... Eu não sei dançar. Pois pego no chicote que você dança já!”

Assumindo, neste caso, uma posição “politicamente correta”, creio ser premente repensar e transformar essa realidade cruel! Talvez as estratégias utilizadas por escravas e escravos brasileiros para conquistarem suas alforrias possam nos inspirar e nos auxiliar nesta tarefa!

BIBLIOGRAFIA:

- BUSH, Barbara. *Slave women in Caribbean society – 1650-1838*. Kingston: Heinemann Publishers, 1990.
- CHVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dictionnaire des symboles; mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris: Robert Laffont/Jupiter, 1993.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana; América Latina e Caribe*. (trad.) São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵ Ver, nesse sentido, PAIVA (1995^b, p.137-157) e BUSH (1990, p.48-49).

- MOTT, Luiz. O Calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. Revista do IAC. UFOP, Ouro Preto n.1 p.73-82, 1994.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. O liberto, o seu mundo e os outros; Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. Revista de História. USP, São Paulo: n.133 p.49-57, 1995 a.
- _____. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995 b.
- _____. Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII. Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro: n. 2 p.47-53, 1995 c.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. The black man in slavery and freedom in colonial Brazil. Oxford: The MacMillan Press Ltd, 1982.
- SCOTT, Rebecca J. Emancipação escrava em Cuba; a transição para o trabalho livre – 1860-1899. (trad.) Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Ed. UNICAMP, 1991.
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz; feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.